

Apresentação do dossiê:**A pesquisa educacional na América Latina:
agendas em tempo de disputa**

*La investigación educativa en América Latina y el Caribe:
agendas en tiempos de disputa*

Guadalupe Olivier Téllez¹
Universidad Pedagógica Nacional

Myriam Feldfeber²
Universidad de Buenos Aires

Ana Sheila Fernandes Costa³
Universidade de Brasília

O dossiê “A pesquisa educacional na América Latina: agendas políticas em tempo de disputa” é um esforço coletivo que reúne as discussões oriundas do *Precongreso da Asociación Latinoamericana de Investigación en Educación* (ALIE), realizado em agosto de 2025, em Buenos Aires, Argentina, em colaboração com a Revista Educação e Políticas em Debates (REPOD), do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia (Brasil).

A parceria estabelecida para a proposta deste dossiê fundamenta-se nos objetivos de que inspiraram a criação da ALIE e a realização do *Precongreso*, a de promover espaços acadêmico científicos para avançar na construção de um olhar latino-americano e caribenho sobre os desafios educacionais; além de propor uma agenda de pesquisa que recuperasse a complexidade e a heterogeneidade da produção de conhecimento nos países da região.

A *Asociación Latinoamericana de Investigación en Educación* (ALIE) é uma instituição sem fins lucrativos que reúne pesquisadoras e pesquisadores, instituições, redes e organizações vinculadas à pesquisa e à pós-graduação em Educação na América Latina e no Caribe. Tem como propósito contribuir para o desenvolvimento da pesquisa e do pensamento crítico latino-

¹ Doutora em Pedagogia pela Universidad Nacional Autónoma do México. Professora e pesquisadora da Universidad Pedagógica Nacional (UPN), Cidade do México, México. E-mail: molivier@upn.mx; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1318-4315>.

² Mestre em Ciências Sociais com Orientação em Educação. Professora Titular aposentada da Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina. E-mail: mfeldfeb@filo.uba.ar; ORCID <https://orcid.org/0000-0002-5948-6688>.

³ Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra. Professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. E-mail: anasheila.costa@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3724711272294120>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3714-0579>.

americano e caribenho no campo da Educação, assumindo um compromisso manifesto com o direito à educação, a democracia, a solidariedade, a igualdade, os direitos humanos, o cuidado com a natureza, a paz e a justiça⁴.

A ALIE é resultado de um processo coletivo iniciado em Manaus, AM - Brasil, em outubro de 2023, quando um conjunto plural e diversificado de associações, redes e instituições dedicadas à pesquisa educacional na América Latina acordou impulsionar a criação de uma organização regional voltada ao fortalecimento da produção de conhecimento, do intercâmbio acadêmico e da defesa da educação como direito social. A Associação foi formalmente criada em 21 de novembro de 2024, durante uma reunião realizada no *Instituto de Investigaciones en Ciencias de la Educación*, da *Universidad de Buenos Aires*, ocasião em que foi aprovado seu Estatuto e eleitas suas primeiras dirigentes: Fernanda Saforcada e Geovana Mendonça Lunardi Mendes, respectivamente presidenta e vice-presidenta, além de um Conselho Diretor organizador composto por 20 representantes das instituições que participaram de sua criação.

Entre suas diretrizes, a ALIE se propõe a fortalecer o acesso aberto e a livre disseminação do conhecimento. Nesse sentido, este primeiro dossiê, coordenado por integrantes de seu Conselho Diretor, tem como objetivo divulgar parte das pesquisas apresentadas no *Precongreso*, que possuam foco nas políticas públicas educacionais.

O tema deste dossiê está centrado no campo da produção de conhecimento na América Latina que se configura atualmente como um espaço de disputas no qual se confrontam distintos projetos políticos, sociais e educacionais. Nas últimas décadas, a região tem vivenciado “movimentos pendulares”, marcados pela alternância entre governos progressistas e conservadores (García Linera, 2019), ao mesmo tempo em que se observa a expansão das extremas-direitas. Essas transformações não apenas reconfiguraram os sentidos atribuídos à política e as orientações das políticas públicas, como também influenciaram a definição das agendas de pesquisa, os sentidos conferidos à educação, os diferentes atores que participam do campo educacional e as condições de produção e circulação do conhecimento na região.

Os sentidos da política (Laclau e Mouffe, 1985) apresentam-se associados ao papel atribuído ao Estado na garantia dos direitos, da democracia, da cidadania e da igualdade, em contraposição às perspectivas que colocam em foco no mercado, no indivíduo, na competitividade e na empregabilidade. Nesse contexto, configura-se uma disputa entre atores portadores de projetos educacionais distintos, envolvendo, principalmente, o Estado - sob governos de diferentes orientações político-ideológicas -, os organismos internacionais, o setor

⁴ <https://alie.lat/sobre-alie>.

privado, os sindicatos, as universidades, os movimentos sociais (com destaque para os movimentos indígenas e territoriais) e as organizações não governamentais, para citar alguns dos atores mais relevantes (Gutiérrez Aguilar, 2017).

É crescente a presença de atores privados no âmbito público, organizados em redes (Ball, 2008) integradas por instituições privadas, *think tanks*, empresas de tecnologia educacional (*edutech*) e agentes governamentais. Essas redes participam ativamente tanto da definição de agendas e formulação de políticas quanto em sua implementação, introduzindo discursos de mercantilização, eficiência empresarial e performatividade; além de desenvolverem novas formas de governança nas quais ocorre um deslocamento das formas hierárquicas e centralizadas de governo para formas mais horizontais, em que se tornam difusas as fronteiras entre o público e o privado. Nesse sentido, torna-se relevante analisar, a partir das diferentes perspectivas da pesquisa educacional na América Latina, as trajetórias das políticas educacionais diante da reconfiguração do poder estatal em cada contexto nacional (Ball, 2012).

É possível identificar uma multiplicidade de temas no campo da pesquisa em que se manifestam as agendas políticas em disputa. Entre elas, destacam-se as orientações das políticas educacionais estruturadas tanto pelas agendas globais quanto pelos diagnósticos produzidos acerca dos sistemas educacionais e de suas principais problemáticas.

Outro tema presente nas agendas de pesquisa refere-se ao currículo, compreendido ao mesmo tempo como a materialização de um projeto hegemônico e como um espaço de ancoragem territorial (Foucault, 2007; Gramsci, 1971). Nesse sentido, observa-se que na região predominam categorias como competências, padronização, qualidade e performatividade, orientadas por uma lógica gerencialista. Persistem, igualmente, os debates acerca da interculturalidade e da inclusão, que evidenciam a tensão entre o reconhecimento formal das propostas educacionais e os limites de sua implementação (Walsh, 2009). Por essa razão, uma das discussões centrais concentra-se em quem define o conhecimento considerado legítimo. Reivindicam-se os saberes escolares em contraposição aos saberes comunitários, a história nacional em oposição às memórias mais plurais, e, nesse contexto, destacam-se, ainda, os debates entre a perspectiva laica e a religiosa, nos quais as questões de gênero e a educação sexual integram-se em uma das disputas mais visíveis.

Desse modo, o currículo é concebido não apenas como aquilo que se ensina, mas como espaço de legitimação de uma determinada visão de nação que regula fronteiras culturais. Razão pela qual o currículo tende a se constituir em um dos principais espaços de disputa entre os setores sociais dominantes e os grupos subalternizados.

Também a avaliação e a construção e utilização de indicadores ocupam um lugar de destaque tanto na agenda política quanto na agenda de pesquisa. A expansão dos testes padronizados internacionais e nacionais, dos sistemas de monitoramento, dos *rankings* e dos mecanismos de incentivos e de responsabilização predominam na região e orientam, em grande medida, as agendas de pesquisa. Assim, a avaliação converte-se na grande promessa fundamentada na ideia de medir para melhorar o sistema. No âmbito das abordagens críticas à avaliação, destaca-se o questionamento sobre a redução dos processos educativos a aspectos que podem ser medidos ou quantificados, o que tende a exercer pressão sobre os docentes, reduzindo o campo dos saberes relevantes à lógica da produtividade e do mercado. A emergência da avaliação digital e suas implicações, como a vigilância pedagógica; a dependência tecnológica, sem análise crítica, e o aprofundamento de grandes desigualdades nas capacidades individuais e nas condições de infraestrutura para seu desenvolvimento, constituem um dos focos atuais de preocupação (UNESCO, 2023).

Outro tema relevante refere-se à privatização e à mercantilização ‘da’ e ‘na’ educação, bem como as parcerias público-privadas. Conforme apontam Ball e Youdell (2007), a privatização “exógena” tem sido amplamente estudada pela literatura especializada em razão da crescente abertura dos serviços de educação pública à participação de atores privados, tanto no âmbito de sua concepção quanto da gestão. Na atualidade, esse fenômeno se complexifica com o avanço da chamada “nova filantropia” (Avelar e Patil, 2020), na qual corporações e fundações mantidas por grupos empresariais não apenas financiam projetos, mas também atuam por meio de redes difusas de governança que disputam ativamente a definição das agendas e das reformas educacionais em nível global.

Do mesmo modo, a privatização “endógena” ocupa um espaço cada vez mais de destaque nos debates contemporâneos. Essa modalidade se manifesta não somente pela incorporação de ideias, métodos e práticas empresariais orientadas para que as instituições educacionais se aproximem cada vez mais do funcionamento das empresas e sejam tão eficientes quanto elas (Ball e Youdell, 2007), mas também pela formação de sujeitos empreendedores, com subjetividades adaptadas às demandas de um mercado caracterizado pela incerteza e pela instabilidade (Feldfeber, Caride e Duhalde, 2020).

A assimilação da racionalidade empresarial pela escola pública tem contribuído, ainda, para o aprofundamento dos processos de intensificação e precarização do trabalho docente (Olivier, 2007, 2011). Sob os imperativos da eficiência e da responsabilização (*accountability*), bem como diante da expansão da inteligência artificial nos novos ambientes sociotécnicos, produz-se uma colonização do saber pedagógico dos professores, transformando os modos de ensinar e aprender e os sentidos atribuídos à educação.

Nesse contexto, a digitalização acelerada, impulsionada no período pós-pandemia, tem fomentado uma orientação das políticas educacionais que privilegia a conectividade e as plataformas digitais, tendo como principal contradição as profundas desigualdades em termos de alfabetização digital e o acesso limitado a dispositivos tecnológicos (CEPAL, 2020; UNESCO, 2021a, 2021b). A almejada soberania tecnológica esbarra nas disputas em torno do controle dos sistemas digitais e das formas de apropriação e utilização dos dados de estudantes e docentes.

Por outro lado, diversos movimentos sociais concorrem pela definição das agendas e das diretrizes das políticas educacionais. Em diferentes países da América Latina, observa-se a construção de alternativas educativas gestadas nos territórios, sustentadas em experiências de educação comunitária, espaços próprios de formação e pedagogias que valorizam saberes locais e questionam a colonialidade do conhecimento (Quijano, 2000; Mignolo, 2007).

Nessa disputa, estão em jogo não apenas diferentes modelos socioeducacionais, mas também o reconhecimento das desigualdades estruturais que caracterizam a região e os conflitos em torno dos sujeitos e instituições que governam a educação, das racionalidades que orientam esse processo e a quais interesses respondem. A constituição do campo da pesquisa educacional não permanece alheia a essas disputas.

Nesse sentido, o conjunto de artigos que compõem este dossiê, e que passamos a apresentar a seguir, revela as disputas de hegemonia, as contradições e desafios que constituem o campo educacional contemporâneo e recupera a complexidade da produção de conhecimento nos países da região, evidenciando distintas perspectivas teórico epistemológicas e políticas.

A diversidade das temáticas abordadas é reveladoras das agendas, das políticas e dos desafios que interpelam os diferentes sistemas educacionais analisados. Nos permitem, ainda, identificar desde as perspectivas teórica, epistemológica e metodológica, as abordagens adotadas na pesquisa educacional nos países representados neste dossiê.

O dossiê encontra-se estruturado em duas seções integradas. A primeira apresenta a entrevista com a Vice-Presidenta da ALIE, Profa. Dra. Geovana Mendonça Lunardi Mendes, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) que compartilha com os/as leitores/as o processo de criação da ALIE e de constituição das agendas de pesquisa na América Latina, examinando as mediações sociais, políticas, econômicas e epistemológicas da produção do conhecimento na região.

A segunda parte é constituída por um conjunto de 17 artigos, dos quais oito são colaborações de pesquisadores/as da região: Argentina (5), México (2) e Uruguai (1). Outras nove colaborações são de pesquisadores/as brasileiros/as, oriundos de nove universidades, de

distintas regiões brasileiras. Integram as produções professores e pesquisadores da Educação Básica e Superior, bem como estudantes de pós-graduação.

A partir da perspectiva crítico-dialética, a leitura dos artigos nos permite apresentá-los não somente por uma aproximação temática, mas a partir das contradições estruturais expressas no contexto do capitalismo contemporâneo e de disputas em torno do direito à educação. Considerados em seu conjunto, os artigos são reveladores de uma dinâmica de reconfiguração neoliberal do Estado no contexto latino-americano, com implicações e desafios que reestruturam e reconfiguram o trabalho docente e a formação docente por um lado, e que por outro intensificam as disputas por direitos, pela democracia e pela emancipação.

Os trabalhos refletem, portanto, o tensionamento entre dois projetos de educação em disputa, um projeto que tem a educação subordinada às exigências da acumulação capitalista, da racionalidade instrumental e da governança neoliberal e outro que tem a educação como prática social voltada à formação humana integral, à democratização e à emancipação dos sujeitos. Assim, três eixos de análise conformam a totalidade dos estudos que apresentamos a seguir, compreendidos como dimensões interdependentes de uma mesma totalidade social.

1. Estado, regulação neoliberal e políticas educacionais

O artigo de Guadalupe Olivier (Universidad Pedagógica Nacional de México), *La política contenciosa como perspectiva para el estudio de la política educativa*, propõe a política contenciosa como alternativa aos pressupostos tradicionais de análise do campo das políticas educacionais e defende a redefinição da noção de educação e de política educacional fundada na abordagem estadocêntrica, reposicionando o Estado, entre outros sujeitos, nos espaços de disputas políticas e ideológicas. A proposta prevê, portanto, o deslocamento do foco analítico para os sujeitos, organizações e processos de mobilização social em cenários de conflito político, atribuindo-lhes centralidade.

O artigo *a Democratização em discurso e em prática: trajetória normativa da educação a distância e suas relações com a flexibilização regulatória e a expansão para o mercado*, de autoria de Jéssica Cristina Mendes de Godoi Ferreira e Renata Ramos da Silva Carvalho (UEG), apresenta as tensões em torno da regulamentação da Educação a Distância no Brasil, enquanto mecanismo de ampliação de acesso ao ensino superior, que revela as contradições entre a discurso da democratização e a materialização de sua implementação. O estudo expõe a heterogeneidade e a contraditoriedade impressa na consolidação das políticas dirigidas à EaD, enquanto resultado de diferentes projetos de Estado e interesses mercantis.

Os autores/as Marisa Álvarez (*Universidad Nacional de Tres de Febrero/Universidad de Buenos Aires*), Natalia Gardyn, Sacha Unamuno e Germán Schiavinato (*Universidad de Buenos Aires*), no artigo *Tendencias del financiamiento estatal y su impacto en el sistema educativo argentino desde la perspectiva del derecho a la educación. Continuidades y rupturas frente al avance de las nuevas derechas*, nos convida a analisar a realidade do financiamento público para a educação na Argentina, que revela uma queda acentuada do investimento público na última década, em um contexto de avanço das novas direitas e de desigualdades locais e regionais. Neste trabalho o financiamento é apresentado como elemento central para o questionamento sobre a garantia do direito à educação e o papel do Estado na reprodução e na luta contra as desigualdades sociais.

Os artigos de Axel Kesler e Julieta Heurtley (*Universidad de Buenos Aires*); Márcia Aparecida Jacomini (UNIFESP), Monica Ribeiro da Silva (UFPR), Nora Krawczyk e Sérgio Feldemann de Quadros (Unicamp) e de Nayolanda Coutinho Lobo Amorim de Souza e Éder da Silva Silveira (UNISC), a partir das realidades educacionais argentina e brasileira, centram suas análises sobre a reconfiguração neoliberal das políticas de Ensino Médio e dos sentidos atribuídos à educação e à formação das novas gerações. O artigo intitulado *Expresiones locales y tendencias globales: una comparación entre las reformas del nivel secundario de Brasil y CABA*, realiza uma análise comparativa entre as reformas do Ensino Médio promovidas na *Ciudad Autónoma de Buenos Aires* (CABA) e no Brasil, buscando compreender como se expressam, nesses dois contextos, as tendências globais de reconfiguração do Ensino Médio, em resposta às transformações sociais e educacionais desencadeadas em contextos de universalização e obrigatoriedade dessa etapa de ensino. No estudo *A escola pública do século XXI: inflexões no projeto educativo*, as/os autoras/es analisam as reformas educacionais recentes, com destaque para a Reforma do Ensino Médio na rede estadual paulista, demonstrando sua relação com as transformações estruturais vinculadas às determinações do capitalismo financeirizado. Os resultados do estudo apontam, entre outros aspectos, para o deslocamento de uma formação humana, científica e crítica para uma formação pragmática, instrumental e adaptativa, que incide, em especial, sobre as juventudes das classes populares.

Por sua vez, o terceiro artigo *Direito à educação no contexto da privatização no Ensino Médio de Tempo Integral: as parcerias e a redefinição do papel do Estado*, tem foco na privatização do Ensino Médio de Tempo Integral e analisa as parcerias firmadas pelo estado do Rio Grande do Sul com organizações privadas. Busca evidenciar as mediações do processo de ampliação da participação dessas instituições na rede pública de ensino, destacando como incidem sobre a atuação do Estado, na gestão escolar e na organização do trabalho pedagógico das escolas.

As contribuições de Andrea Beatriz Alvarez (*Universidad Nacional de Jujuy*) e Nora Zoila Lanfri (*Universidad Nacional de Córdoba*), no texto *Políticas y expansión de la educación inicial en Jujuy, Argentina: la puesta en acto y las estrategias de los actores en contextos rurales*, estão dirigidas à análise das relações entre a expansão da educação infantil e os processos de recontextualização das políticas por supervisoras, docentes e gestoras da comunidade rural de Jujuy, com vistas à garantia do direito à educação.

O trabalho de Myriam Feldfeber (*Universidad de Buenos Aires*), Nora Gluz (*Universidad Nacional de General Sarmiento/Universidad de Buenos Aires*) e Lucrecia Rodrigo (*Universidad de Buenos Aires*), *La institucionalización del liderazgo en la formación docente: políticas y actores en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires*, realiza uma análise crítica às formas contemporâneas de regulação neoliberal sobre o trabalho docente, no contexto de políticas inspiradas na Nova Gestão Pública. O estudo evidencia em que medida a institucionalização da liderança opera concomitantemente como mecanismo de governança, produção de subjetividades e mercantilização de práticas educativas, destacando o papel de atores privados na formulação e difusão de sua agenda. Aponta, ainda, para a redefinição do trabalho e da identidade docente, mediante o deslocamento de concepções fundadas na autoridade pedagógica para uma lógica gerencial, baseada na liderança na responsabilização pelos resultados e no autogoverno.

2. Políticas de formação e reconfiguração do trabalho docente: entre a tecnificação e a precarização

Os trabalhos de Morgana Bada Caldas (UNESC) e Naiara Gracia Tibola (UNIPALAC) e de Joyce Mesquita Quirino e Carla Conti de Freitas (UEG), convergem na análise da formação docente como espaço de disputa entre projetos educacionais orientados pela racionalidade instrumental; impulsionados por agendas políticas nacionais e internacionais que moldam a formação docente e produzem orientações pedagógicas que privilegiam competências práticas, adaptação e eficiência. No primeiro estudo, intitulado *A formação de professores sob a perspectiva internacional: uma análise do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina*, a crítica dirige-se à influência dos organismos internacionais na formulação das políticas de formação de professores, identificando a predominância da epistemologia da prática como fundamento da formação docente. No segundo texto, *Educación en Derechos Humanos, Educación Digital e Formación del Docente del Ensino Médio: una análisis de las tensiones presentes en las políticas educacionales contemporáneas*, a análise concentra-se nas tensões produzidas pelas políticas de educação digital, que tendem a privilegiar competências técnicas e operacionais, em contraste com os princípios da Educação em

Revista Educação e Políticas em Debate – v. 15, n. 2, p. 1-12, mai./ago. 2026

Direitos Humanos. Processos que podem ser compreendidos como formas de difusão de modelos hegemônicos que redefinem as finalidades da educação e o papel dos professores. Os estudos defendem, ainda que por caminhos distintos, a necessidade de fortalecer uma concepção de formação docente orientada pela autonomia intelectual, pela reflexão crítica, pela democratização da educação e pela emancipação dos sujeitos, contrapondo-se à redução da educação a uma lógica meramente técnica e instrumental.

As pesquisas de Bianca Larissa Klein e Andréa Barbosa Gouveia (UFPR) e de Rodrigo Roncato Marques Anes e Rahaby Nayanne Vieira Carvalho (UEG) se debruçam sobre as expressões de um mesmo fenômeno: a subordinação do trabalho docente às lógicas de racionalização, controle e flexibilização características do neoliberalismo contemporâneo. O estudo, *A Carreira dos professores no Paraná e as estratégias de desprofissionalização: o caso do professor temporário*, evidencia os efeitos materiais do processo de precarização da carreira docente resultante da contratação de "docentes acadêmicos" no estado do Paraná. As autoras denunciam os processos de desprofissionalização docente, via flexibilização dos requisitos de formação e pela ampliação dos contratos temporários que resultam na fragmentação da carreira docente e no enfraquecimento do reconhecimento profissional do professor. No segundo artigo, intitulado *O discurso competente como instrumento ideológico de dominação e seus impactos sobre a autonomia e o trabalho educativo*, o processo de subordinação do trabalho docente à lógica neoliberal é abordado a partir da legitimação do chamado "discurso competente" que, enquanto mecanismo ideológico de dominação, atribui autoridade exclusiva aos saberes técnico-administrativos e desqualifica a experiência, a participação e a capacidade crítica dos sujeitos escolares. Os trabalhos evidenciam, portanto, processos de desprofissionalização, perda de autonomia e enfraquecimento da dimensão emancipatória da educação e revelam, ainda, processos de fragmentação coletiva.

3. Educação, Democracia e Direitos: disputas políticas e desigualdades na América Latina

O artigo de Ligia Ziggiotti de Oliveira (UTP) e Salomão Barros Ximenes (USP), intitulado *Os anos que não acabaram: o uso de estatutos jurídicos da ditadura militar na perseguição atual a educadores(as) no Brasil*, evidencia, a partir da análise da atuação docente, uma contradição histórica fundamental entre a democracia formal e a manutenção material do autoritarismo. O estudo investiga a permanência de estatutos jurídicos originários da ditadura militar e sua aplicação contemporânea na punição de educadores(as), especialmente nas redes estaduais de ensino. Contexto no qual a liberdade docente emerge como um direito sob ameaça

por dispositivos autoritários que restringem a autonomia intelectual do professor, criminaliza práticas pedagógicas, contribuindo para o enfraquecimento da própria democracia.

Os estudos de Pablo Daniel García (*Universidad Nacional de Tres de Febrero*) e Claudia De Angelis Moreira (*Universidad de Montevideo*), apresentam convergência ao abordarem no contexto das políticas educacionais argentinas e uruguaias, as contradições entre a democratização e a desigualdade e entre a inclusão e formal e a concreta. O Direito à educação emerge como categoria central dos artigos; no primeiro *Acceso a la educación superior en contextos de desigualdad: un mapeo de políticas en la región*, o direito à Educação Superior é analisado a partir das condições de acesso, permanência e conclusão, evidenciando que os processos de expansão e massificação universitária ocorrem em contextos marcados por persistentes desigualdades sociais e territoriais. O segundo texto intitulado *Incluir no es suficiente: desajustes estructurales y disputas en la formación inicial docente para la educación inclusiva en Uruguay*, demonstra que a adesão ao discurso da inclusão convive com condições institucionais insuficientes para sua concretização. Ambos estudos criticam as lacunas existentes entre os princípios de democratização da educação e sua efetivação e são reveladores do tensionamento entre a universalização do acesso, a permanência e a participação com equidade.

Para finalizar, os estudos de Josimar Lottermann, Laura de Campos Pereira, Geovana Lunardi Mendes (UDESC) e de Josefina Guzmán Acuña, Teresa de Jesús Guzmán Acuña, Dora María Lladó Lárraga e Fernando Leal Ríos (*Universidad Autónoma de Tamaulipas - México*) estão voltados à análise dos mecanismos pelos quais as desigualdades de gênero são reproduzidas nas estruturas institucionais e na consciência dos sujeitos. Embora abordem recortes distintos, os textos buscam compreender como as relações de poder, as estruturas culturais e os mecanismos institucionais contribuem para a reprodução de desigualdades de gênero no campo educacional, revelando a tensão entre discursos de igualdade e práticas que mantêm formas de exclusão e dominação. Tendo em comum a categoria gênero, no estudo brasileiro *Do Global ao Local: movimientos da ofensiva antigênero nos planos de educação do estado de Santa Catarina*, a categoria emerge como objeto de disputa política e discursiva, revelando como determinados grupos atuam na regulação dos sentidos atribuídos ao gênero nas políticas educacionais, produzindo mecanismos de silenciamento e controle discursivo. No texto *La percepción de las académicas y los académicos de una Universidad Pública Estatal en México sobre la igualdad de género*, a categoria gênero é abordada como elemento estruturador das experiências e oportunidades acadêmicas. Os/as autores/as problematizam como a internalização dos papéis tradicionais de gênero conduzem à naturalização da sobrecarga feminina, reproduzindo desigualdades mesmo em espaços acadêmicos que formalmente defendem a igualdade.

Buscamos com este dossiê, contribuir para a ampliação, aprofundamento e divulgação do debate de temáticas que têm desafiado os sistemas educacionais latino-americanos e suas agendas políticas. Esperamos que as reflexões aqui sistematizadas contribuam para o fortalecimento da produção do conhecimento e fomentem o diálogo entre pesquisadoras e pesquisadores da região.

Este dossiê ganha materialidade graças ao trabalho coletivo que perpassou todo seu processo de elaboração. Nesse sentido, é imprescindível agradecer a generosa colaboração das autoras e autores que o integram, bem como a atuação dos pareceristas *had doc*, revisores e tradutores. Expressamos a todas/os nosso mais sincero reconhecimento e agradecimento.

Agradecemos de forma especial à Comissão Editorial da Revista Educação e Políticas em Debate pelo convite, pela parceria e pelo apoio permanente em todas as etapas de sistematização do dossiê.

Desejamos a todas e todos uma excelente leitura!

Referências

AVELAR, M.; PATIL, L. (ed.). *La nueva filantropía y la disrupción de la Educación Global*. Traducción de Alejandra Rogante. Ginebra: NORRAG, n. 04, mar. 2020. (NORRAG Número Especial). Disponible en: <https://www.norrageducation.org/nsi-04-new-philanthropy-and-the-disruption-of-global-education/>. Acceso el: 1 jun. 2026.

BALL, S. J. *Deconstructing policy networks: The political economy of education reform*. Journal of Education Policy, v. 27, n. 2, p. 153–163, 2012. Disponible en: <https://doi.org/10.1080/02680939.2011.641153>. Acceso el 4 de mayo de 2026.

BALL, S. (2008). *New Philanthropy, New Networks and New Governance in Education*. Political Studies, 56(4), 747–765.

BALL, S. J.; YOUDELL, D. *La privatización encubierta en la educación pública*: informe realizado por el Instituto de Educación, Universidad de Londres. Bruselas: Internacional de la Educación, 2008. Disponible en: <https://www.ei-ie.org/es/item/25671:privatizacion-encubierta-en-la-educacion-publica>. Acceso el 1 de marzo de 2026.

CEPAL - Comisión Económica para América Latina y el Caribe. *La educación en tiempos de la pandemia de COVID-19*. Santiago: CEPAL, 2020. Disponible en: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/45904-la-educacion-tiempos-la-pandemia-covid-19>. Acceso el 1 de marzo de 2026.

FELDFEBER, M.; CARIDE, L.; DUHALDE, M. *Privatización y mercantilización educativa en Argentina*: formación de subjetividades y construcción de sentido común durante el gobierno de Cambiemos (2015–2019). Buenos Aires: Ediciones CTERA, 2020.

FOUCAULT, M. *Seguridad, territorio, población*. Traducción de M. J. De la Torre. Buenos Aires/México DF: Fondo de Cultura Económica, 2007. Disponible en: <https://www.worldcat.org/>. Acceso el: 1 de marzo de 2026.

GARCÍA LINERA, Á. ¿Fin de ciclo o procesos de cambio en oleadas? In: AMADEO, Javier (ed.). *La política como disputa de la esperanza: reflexiones sobre la nueva coyuntura latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO, 2019. p. 45-68.

GUTIÉRREZ AGUILAR, R. *Horizonte comunitario: Producción de lo común y democracia radical*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2017. Disponible en: <https://traficantes.net/>. Acceso el: 1 de marzo de 2026.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.

MIGNOLO, W D. *La idea de América Latina: La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa, 2007.

OLIVIER, G. *Educación superior privada en México*. Veinte años de expansión: 1982-2002. México DF: UPN/Más textos, n. 29, 2007.

OLIVIER, G. *Privatización, cambios y resistencias*. Hacia la demarcación de escenarios en la educación pública y privada en la primera década del siglo XXI. México DF: UPN/Horizontes educativos, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (ed.). *La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246. Disponible en: <https://www.clacso.org/>. Acceso el: 1 de marzo de 2026.

UNESCO. *Global Education Monitoring Report 2021/2: Non-state actors in education*. Paris: UNESCO, 2021a. Disponible en: <https://www.unesco.org/gem-report/en/>. Acceso el: 4 de mayo de 2026.

UNESCO. *Remote learning strategies during COVID-19: A review of policies and practices*. Paris: UNESCO, 2021b. Disponible en: <https://unesdoc.unesco.org/>. Acceso el 4 de mayo de 2026.

UNESCO. *Global Education Monitoring Report 2023: Technology in education—A tool on whose terms?*. Paris: UNESCO, 2023. Disponible en: <https://www.unesco.org/gem-report/en/>. Acceso el 4 de mayo de 2026.

WALSH, C. *Interculturalidad, Estado, sociedad: Luchas de (re)conocimiento y (re)significación*. Quito: Abya-Yala, 2009. Disponible en: <https://abyayala.org/>. Acceso el 1 de marzo de 2026.